

INTERESSADO: VEREADOR ANTÔNIO DONIZETE MERCÚRIO

ASSUNTO: REQUERIMENTO Nº 22/2021 de autoria do vereador Antonio Donizete Mercúrio, que solicita a prorrogação do prazo para que aposentados e pensionistas requeiram isenção do IPTU, com base na Lei Complementar nº 107/2006;

Sr. Prefeito,

O caso versa sobre a concessão de um novo prazo para que os aposentados e pensionistas requeiram a isenção do IPTU, nos termos da Lei Complementar nº 107/2006 e, evidentemente o Requerente pretende que o Sr. Prefeito encaminhe à Câmara projeto de lei complementar autorizando a ampliação do prazo para o exercício do direito ao benefício da isenção ao indicados.

Entretanto, o requerido esbarra nos mais elementares conceitos do Direito Tributário, uma vez que o benefício instituído pela LC nº 107/2006 configura uma hipótese de isenção, atraindo a regra do artigo 111, II do Código tributário Nacional que preceitua:

Art.111. Interpreta-se literalmente a legislação tributária que disponha sobre:

(...)

II – outorga de isenção;

A isenção é uma modalidade de exclusão do crédito tributário, assim, se concretiza antes de qualquer lançamento tributário empreendido pela Fazenda Pública. Uma vez efetivado os lançamentos, não cabe mais falar em isenção, já que se estará diante de créditos já constituídos.

O requerido pretende-se que os pedidos possam ser feitos após o lançamento, o que é vedado por expressa disposição dos artigos 45 e 46 da Código Tributário Municipal:

Art. 45 – A concessão de outras isenções apoiar-se-á sempre em fortes razões de ordem pública ou de interesse do Município, não poderá ter caráter pessoal, e dependerá de lei aprovada por maioria absoluta dos membros da Câmara dos Vereadores.

(...)

§2º - As isenções estão condicionadas à renovação anual, desde que requeridas e reconhecidas por ato do órgão fazendário municipal, sob pena de perda do benefício fiscal. (grifo nosso)

Art.46 – Verificada, a qualquer tempo, a inobservância das formalidades exigidas para concessão, ou desaparecimento das condições que a motivaram, será a isenção obrigatoriamente cancelada. (grifo nosso)

Nesse sentido, entendemos que tecnicamente é inviável o atendimento do requerido, até porque, segundo a Lei Complementar que concede a isenção o interessado dispõe do prazo de 12 meses, sendo de 01 de janeiro à 31 de dezembro de cada exercício para requerer o benefício, não havendo justificativa razoável para o não exercício do direito posto, considerando ainda mais que, a Prefeitura disponibiliza diversos canais e postos de atendimento, como os pontos de Prefeitura Perto de Você.

Cumpramos ressaltar que caso o Sr. Prefeito pretenda atender o sugerido pelo vereador, o que entendemos desaconselhável, deve fazê-lo por meio do instituto da remissão, que para tanto deve ser editada lei específica consoante disposto no artigo 172 do CTN, o que se deve observar o enquadramento na situação de **renúncia de receitas**, sendo necessário observar o disposto no artigo 14 da Lei Complementar 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal).

Saliento ademais que, atenta às necessidades que o contexto de Pandemia nos impeliu, a Administração Pública tomou algumas atitudes para preservar o direito dos seus cidadãos sem colocá-los em risco. Dentre as medidas, podemos citar:

a) A Central de Atendimento voltou a protocolar pedidos de isenção em 01 de Junho de 2020. Para evitar que a população idosa do município (grupo de risco) se deslocasse à Prefeitura (Paço Municipal) e provocasse aglomerações, foi permitido aos familiares, e até mesmo aos vizinhos, o protocolo do pedido de isenção.

b) Para evitar a aglomeração na Central de Atendimento houve a ampliação e divulgação dos locais que atendem pelo Prefeitura Perto de Você (PPV). O PPV conta com 10 pontos da Administração Pública distribuídos por todas as regiões do município de Franca (relação anexa).

c) Ainda, também foi disponibilizada a possibilidade de fazer o pedido de isenção pelo portal eletrônico da Prefeitura, o “Prefeitura Digital”. Para auxiliar aqueles que quiseram fazer o pedido de isenção por meio eletrônico, foi criado um tutorial (um manual) ensinando o “passo a passo” para a efetivação do pedido pela internet.

d) Destacamos ainda que, de acordo com o Art. 4º da Lei 104/2006, o benefício da isenção pode ser requerido até o último dia útil do ano (30/12/2020) e não dia 10/12 como constou no Requerimento epigrafado.

Para além das medidas citadas acima, fizemos uma análise do pedido de isenção do IPTU nos últimos 5 anos.

Ano	Quantidade de Pedidos
2016	8396
2017	8357
2018	8104
2019	8074
2020	7885

Notamos que a quantidade de pedidos de isenção tem reduzido de maneira constante. A maior queda no número de pedidos de isenção ocorreu entre os anos de 2017 e 2018. Isto é, em 2018 houve 253 pedidos a menos do que em 2017. Destacamos aqui que em 2018 não houve Pandemia.

Contudo, não é possível concluir, que a Pandemia provocada pelo novo Coronavírus teve algum impacto na quantidade de pedidos de Isenção de IPTU.

É o que tínhamos a informar e submetemos à apreciação de Vossa Excelência para deliberações e encaminhamentos oportunos.

Fr. 29/01/2021.

Raquel Regina Pereira
Secretária de Finanças

POSTOS DE ATENDIMENTO

REGIÃO NORTE

EMEB Prof. Florestan Fernandes
Rua: Raquel Jacintho Mesquita, nº
900 – Jardim Vera Cruz –
Telefone: 3704-0288 – 3703-2247.

Secretaria de Segurança e Cidadania
Alameda Vicente Leporace, 4655 –
Parque dos Pinhais –
Telefone: 3711-9501

REGIÃO OESTE

EMEB Profª Dorotea Paulino Ferro
Rua Joaquim Machado, nº 580 –
Jardim Paulo Archetti –
Telefone: 3722.8817 / 3720.7750

EMEB Profª Rita de Cássia Calixto Xavier
R. Otáides Eurípedes Eleutério, nº
2505 - Jardim Pulicano –
Telefone: 3723-5464

REGIÃO LESTE

EMEB Prof. César Augusto de Oliveira
Av. Major Elias Motta, 1830 –
Jardim Brasilândia –
Telefone: 3725-2840/3725-9510

EMEB Prof. Dr. Rubens Zumstein
Rua Paulo Vieira da Silva, nº 2321 –
Jardim Piratininga –
Telefone: 3706-0063

EMEB Frei Lauro de Carvalho Borges
R. Cândido Carlos de Mello, 2860 –
Jardim do Éden –
Telefone: 3705-3445

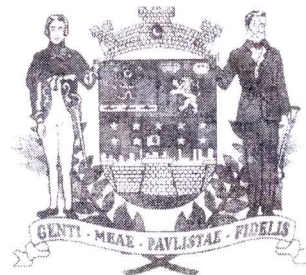
REGIÃO SUL

EMEB Prof. Paulo Freire
Rua Luciano Villaga, 1102 –
Jardim Aviação –
Telefone: 3701.8713.

EMEB Prof. Fausto Alexandre Souza
Teodoro
Rua: Carlos Maranhã, 2021 – Jardim
Santa Bárbara – Telefone: 3704-2105

REGIÃO CENTRAL

AERF - Associação dos Arquitetos e
Engenheiros da Região de Franca
Rua Voluntário Jaime Aguiar Barbosa,
1270, VILA SANTA RITA –
Telefone: 3722-1827



WWW.FRANCA.SP.GOV.BR



Franca

DESCENTRALIZAÇÃO

Pontos do Prefeitura Perto de Você são instalados em 6 bairros diferentes

Serviços on-line já existiam através do site da Prefeitura; outros seis pontos passaram a oferecer o serviço para evitar concentração no Paço Municipal.

Franca 08/10/2020

Heloísa Taveira
da Redação

A- A+

Reprodução



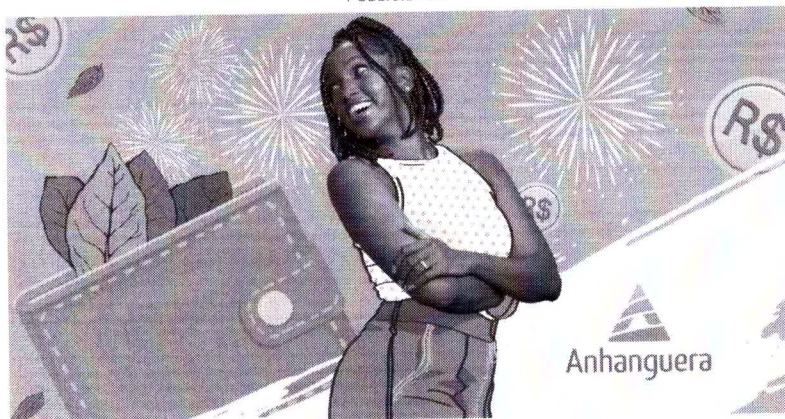
São seis pontos espalhados em todas as regiões da cidade que oferecem atendimento ao público, incluindo pedidos de isenção e redução do IPTU

Para evitar aglomerações na Central de Atendimento, na Prefeitura, foi implantado o programa "Prefeitura perto de você". São seis pontos espalhados em todas as regiões da cidade que oferecem atendimento ao público, incluindo pedido de isenção e redução do IPTU.

Na região Norte, os atendimentos estão sendo realizados nas escolas "Profª. Sueli Contini Marques", no Jardim Tropical, e "Prof. Florestan Fernandes", no Jardim Vera Cruz; na região Oeste, na "Profª Dorothea Paulino Ferro", no Jardim Paulo Archetti; na região Leste, na escola "Prof. César Augusto de Oliveira", no Jardim Brasilândia; e na região Central e Sul, o atendimento é na Associação dos Arquitetos e Engenheiros da Região de Franca e "Prof. Paulo Freire", no Jardim Aviação. Todos das 8 às 16 horas.


Além disso, ficam disponíveis no site da Prefeitura de , anca mais de 35 serviços que podem ser solicitados de forma on-line. Entre eles a alteração de endereço na entrega do IPTU, manutenção de áreas públicas e iluminação pública. Basta acessar o link da Central de Atendimento e acompanhar o tutorial de solicitação.

PUBLICIDADE



Mais que ter louro na carteira, tem que estudar.

Saiba mais

 Anhanguera - Sponsored

COMENTÁRIOS

A responsabilidade pelos comentários é exclusiva dos respectivos autores. Por isso, os leitores e usuários desse canal encontram-se sujeitos às condições de uso do portal de internet do Portal GCN e se comprometem a respeitar o [Código de Conduta On-line do GCN](#).



Nome

Telefone

E-mail

Escreva seu comentário

ENVIAR

**GCN.net.br**

Franca

BENEFÍCIOS

Francanos podem ter redução ou até isenção de IPTU; veja como

Para a redução, o prazo é até dia 10 de dezembro. Já a isenção pode ser solicitada até o último dia do ano, para grupos específicos.

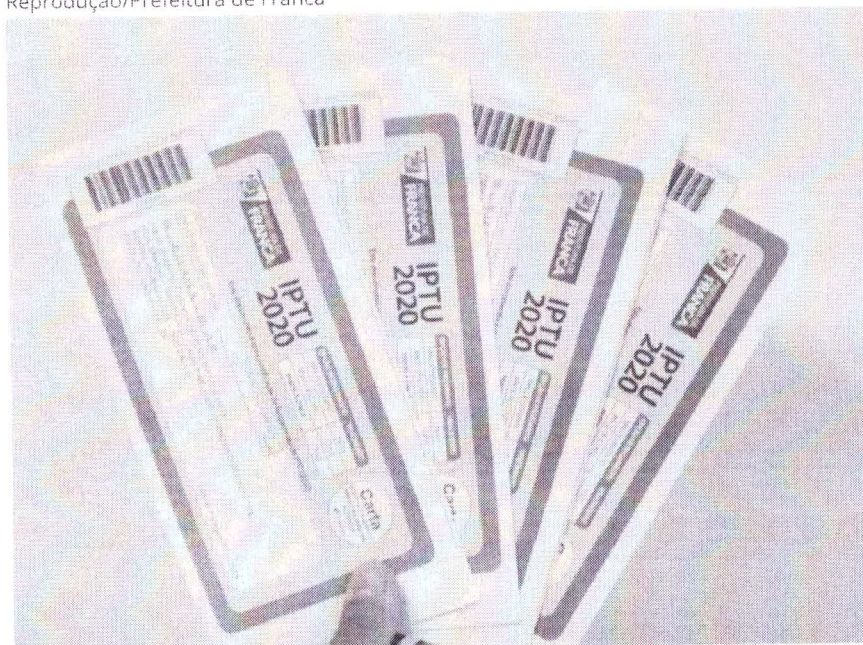


Franca 24/10/2020

Victor Linjardi
da Redação

A- A+

Reprodução/Prefeitura de Franca

**Prefeitura oferece 10% de redução no IPTU**

A Prefeitura de Franca está concedendo benefícios em relação ao IPTU (Imposto Predial e Territorial Urbano) de 2021. Parte da população pode solicitar a redução ou a isenção do valor. Para ter a isenção do imposto, é necessário ser aposentado ou pensionista do INSS ou então ser um casal ou cidadão com deficiência. Já a redução de 10% está aberta a todo cidadão que reside no imóvel declarado em documento.

Os contribuintes que podem ser beneficiados com a redução de 10% do imposto precisam enviar a documentação até o dia 10 de dezembro, também através do [site oficial da](#)

Prefeitura. Para estar apto ao desconto, é necessário não ter nenhum débito com o município.

Para estar isento do imposto, além de ser aposentado ou pessoa portadora de deficiência, é necessário ter renda familiar de até R\$ 2.164,09. Para realizar o pedido, o cidadão poderá protocolar o requerimento no portal da Prefeitura de Franca, não sendo necessário comparecer pessoalmente ao Paço Municipal. Para isso, é necessário enviar a documentação até o dia 31 de dezembro.

Segue a lista de documentos necessários para isenção do IPTU:

Carta de concessão do benefício do INSS: casal e pessoa com deficiência e demonstrativo de crédito (retirar no banco que recebe);

Contrato de compra ou registro em cartório ou escritura do imóvel;

CPF, RG, carteira profissional, certidão de casamento e/ou certidão de óbito dos cônjuges;

CPF, RG e certidão de nascimento da pessoa com deficiência;

Carta de tutela do beneficiado pela isenção e da pessoa com deficiência, com RG e CPF do tutor (a);

Comprovante de renda dos cônjuges e da pessoa com deficiência: holerite do trabalho e/ou extrato do INSS e/ou demonstrativo de crédito da agência bancária;

CPF e RG de descendentes e ascendentes, residentes nas demais unidades residenciais;

Holerite e publicação no Diário Oficial, em caso de funcionário público estadual e federal;

CPF e RG de todos que constam como titulares do imóvel.

COMENTÁRIOS

A responsabilidade pelos comentários é exclusiva dos respectivos autores. Por isso, os leitores e usuários desse canal encontram-se sujeitos às condições de uso do portal de internet do Portal GCN e se comprometem a respeitar o [Código de Conduta On-line do GCN](#).



Nome

Telefone

E-mail

Escreva seu comentário

ENVIAR



SILVIO 24/10/2020



e se a pessoa que faleceu a familia tem que continuar pagando?
tem algum telefone de contato

Veja mais Local

INSIGHT



Record encerra contrato com Marcos Mion após 11 anos de casa



Ivete Saigalo pode ocupar o domingo na Globo, afirma colunista



Com covid-19, cartunista Laerte Coutinho é internado em UTI em São Paulo



'Não sexualizem nossos corpos', diz Giselle Itié sobre amamentar



Xuxa anuncia projeto de documentario com a Globoplay



CÂMARA MUNICIPAL DE FRANCA

ESTADO DE SÃO PAULO

www.camarafranca.sp.gov.br



EXCELENTÍSSIMO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE FRANCA - SP

REQUERIMENTO Nº 22/2021

*Pro Sérgio
Fidelidade para
informar e
retribuir*
25/11/2021

204026
22/11/21
23/11/21

Regina Pereira
Matrícula 4540
Secretaria de Finanças

DESPACHO

PRESIDENTE

Considerando que, uma das funções do Poder Legislativo Municipal é legislar sobre as matérias de competência do Município, especialmente no que se refere, a assuntos de interesse local, inclusive suplementando a legislação federal e a estadual conforme preconiza o artigo 15, inciso I da Lei Orgânica Municipal

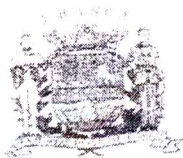
Considerando que, dentre outras atribuições, os Vereadores também são responsáveis pela fiscalização das ações tomadas pelo Poder Executivo, cabendo-lhes a responsabilidade de acompanhar a Administração Municipal, principalmente no tocante a cumprimento da lei e da boa aplicação e gestão do erário, bem como propor benfeitorias, obras e serviços para o bem-estar social e população em geral;

Considerando que há em vigência a Lei Complementar nº 107, de 20 de outubro de 2006 (concede isenção de tributos incidentes sobre imóvel residencial usufruído ou de propriedade de aposentados, pensionistas e beneficiários que especifica e dá outras providências)



Recebido em 11/01/2021
Gabinete do Prefeito

25/11/2021



CÂMARA MUNICIPAL DE FRANCA

ESTADO DE SÃO PAULO

www.camarafranca.sp.gov.br



Considerando que na Municipalidade o prazo em requerer isenção de IPTU expirou no último dia 10 de dezembro e não foi possível em diversos interessados, em face da pandemia do novo Coronavírus, e a partir do receio dos aposentados em se dirigir ao Município requerer sobredita isenção do IPTU, já que neste final de ano formou-se fila enorme de interessados aguardando atendimento na Municipalidade;

Considerando que foi disponibilizada a opção em o interessado requerer, de forma on line, a isenção do IPTU, porém, como de forma geral as pessoas idosas têm a dificuldade em manusear a rede mundial de computadores, ficou impossibilitado em muitos aposentados e pensionistas requererem, no prazo legal, a isenção do IPTU;

REQUEIRO, em conformidade com o art. 150, § 5º, inciso VII, do Regimento Interno da Câmara Municipal de Franca, e com o Decreto-Lei nº 201 de 27 de fevereiro de 1967, ouvidas as considerações do Augusto Plenário, que seja oficiado o Exmo. Sr. Prefeito Municipal, Alexandre Augusto Ferreira, para que promova a concessão de um novo prazo para que os aposentados, pensionistas requeiram isenção de IPTU, nos termos da Lei Complementar nº 107, de 20 de outubro de 2006, neste município, mediante a apresentação instrumento legal adequado, para regularizar essa situação.

Câmara Municipal, 12 de janeiro de 2021.

ANTÔNIO DONIZETE MERCÚRIO

Vereador